



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1001256-24.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor**
 Requerente: **MARIA MAGALI MARQUES e outros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Nos termos da Lei nº 6.858/1980, artigos 1º e 2º, serão pagos em quotas iguais aos dependentes habilitados perante a previdência social ou na forma da legislação específica dos servidores civis e militares e, na sua falta, aos sucessores previstos na lei civil, independentemente de inventário ou arrolamento, mediante alvará judicial, os seguintes valores:

- (i) valores devidos pelos empregadores aos empregados;
- (ii) montantes das contas individuais do FGTS;
- (iii) montantes das contas individuais do PIS-PASEP;
- (iv) restituições de IRPF e outros tributos recolhidos por pessoa física;
- (v) saldos bancários, de cadernetas de poupança ou fundos de investimento até o valor de 500 OTNs, desde que não haja outros bens sujeitos a inventário.

No caso dos autos, não há dependentes habilitados perante a previdência social (fls.93) e os requerentes, na forma da lei civil, são os sucessores do(a) *de cujus* - **filhos** (fls. 30).

Assim, **AUTORIZO** a pessoa de MARIA MAGALI MARQUES, portadora do R.G. 8.047.902-SSP-SP e inscrita no CPF. 745.250.698/72, a proceder ao levantamento da quantia relativa a resíduo de pensão em nome de Ruth Zitelli Marques (R.G. 14.143.114), junto a Prefeitura Municipal de São Carlos, **servindo cópia da presente decisão, como alvará judicial**.

As custas processuais já foram recolhidas (fls. 85/86).

Após, arquivem-se os autos.

P.R.I.

São Carlos, 06 de outubro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**